Jovens Agricultores #111

JUL|AGO|SET| 2017 | Distribuição Gratuita | Periodicidade Trimestral Associação dos Jovens Agricultores de Portugal







Adira ao Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Áreas Temáticas

Agrícola

Condicionalidade Segurança no Trabalho Práticas Agrícolas Benéficas para o Clima e o Ambiente (Greening) Manutenção da Superfície Agrícola

> Medidas de Protecção à Qualidade da Água Utilização Sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos Medidas ao nível da Exploração Agrícola Primeira Instalação de Jovens Agricultores Requisitos Mínimos das Medidas Agro-Ambientais

Florestal

Segurança no Trabalho Medidas de Protecção à Qualidade da Água Defesa da Floresta Conservação da Natureza

Utilização Sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos Medidas ao nível da Exploração Florestal Plano de Gestão Florestal Certificação Florestal

Para mais informações Contacte a Sede da AJAP Tel: 213 244 970 ajap@ajap.pt

MDICE

4 EDITORIAL

Internacionalizar os produtos agro-alimentares portugueses

- 5 SABIA QUE
- 6 ATUALIDADE

O apoio aos jovens agricultores deve ser mais orientado

DOSSIER CENTRAL-Internacionalização Agro-alimentar

- 7 AJAP promove produtos tradicionais portugueses em Moçambique
- 10 «O Programa Internacionalizar é uma prioridade nacional», entrevista com Eurico Brilhante Dias
- 12 «Estão reunidas as condições para o aprofundamento dos laços comerciais e de investimento entre Portugal e Moçambique»,

 Maria Amélia Paiva
- 14 Parcerias Portugal-Moçambique para o investimento, Paulo Ramalho
- 16 Competitividade dos produtos agrícolas no mercado global, opinião de José Diogo Albuquerque
- 18 «A AJAP pode ser um parceiro importante de Moçambique na formação de quadros agrários», Joaquim Chissano

PARCEIRDS AJAP

- 20 «Há um notável aumento de jovens que se dedicam à Agricultura», José Manuel Estiveira Gonçalves AJAP SDIL EIL
- 22 «É preciso que os jovens fiquem e invistam na sua terra», Filomena Rosário INVESTIGAÇÃO E DESENVOWIMENTO
- 24 Armadilha automática para contagem da mosca da azeitona PARCERIAS INTERNACIONAIS
- «20% do orçamento da PAC deve ser dedicado aos jovens agricultores», entrevista com Jannes Maes
- 28 Inquérito "Jovens Agricultores Europeus Construindo um setor sustentável"
- 31 AGENDA







EDITORIAL



Internacionalizar os produtos agro-alimentares portugueses

Internacionalizar, divulgar, abordar consumidores, explicar as caraterísticas organoléticas e sensoriais de produtos agrícolas portugueses, tradicionais e de excelente qualidade, é necessariamente uma função importante que associações de produtores e empresários devem desenvolver além-fronteiras, nomeadamente junto dos países da CPLP.

Um projeto da AJAP, financiado pelo programa Compete 2020, visa contribuir para o aumento do consumo e da notoriedade dos produtos agroalimentares tradicionais portugueses - queijos, enchidos, presunto e azeite - nos mercados-alvo Moçambique e Brasil.

Importa explicar aos consumidores nas provas de degustação, e essa é uma preocupação fulcral da AJAP, como são obtidos os produtos, quais os métodos de fabrico, processos de cura e maturação e, no caso do azeite, a sua extração. Da produção, dos métodos e processos que lhe estão associados, resulta um conjunto de qualidades ímpares distintivas (organoléticas e sensoriais) que torna estes produtos "Gourmet".

Divulgar, promover e levar os nossos produtos a todos os cantos do mundo, em eventos desta natureza e outros, fazem chegar o Portugal que somos - genuínos, orgulhosos da nossa história, contudo desenvolvidos, empreendedores, inovadores - e cada vez mais exportadores.

É este dinamismo que não podemos nem devemos afrouxar, é este querer que tem e deve ser permanentemente apoiado.

Neste número da Jovens Agricultores pretendemos dar cobertura a esta primeira ação deste projeto, em Maputo - Moçambique, bem como trazer aos nossos leitores, jovens agricultores, agricultores e outros, algumas das intervenções proferidas pelos conceituados oradores presentes no Fórum Qualidade e Competitividade Agro-Alimentar realizado na capital moçambicana.

Pretendemos deixar uma nota que nos parece importante à margem deste projeto: Moçambique necessita muito do nosso know-how produtivo e tecnológico, da nossa experiência nos domínios das sementes, fer-

tilizantes, agro-químicos, na área do processamento e comercialização. A AJAP pode ser, e é, uma excelente porta de entrada para aquele país, juntamente com jovens empresários portugueses e agricultores empreendedores. Com alguns parceiros moçambicanos já identificados e a identificar podemos todos fazer muito mais: produzir, exportar, contribuir para o combate à fome e à precariedade num país "irmão" que tem tudo para dar certo.

Por último, quero agradecer a presença do Dr. Joaquim Chissano, ex-Presidente da República de Moçambique, da Dra Maria Amélia Paiva, Embaixadora de Portugal em Moçambique e do Dr. Eurico Brilhante Dias, Secretário de Estado da Internacionalização, destacando as excelentes e assertivas intervenções que realizaram, contribuindo para uma discussão profícua entre Portugal e Moçambique, no tema Agro-alimentar.

Eduardo Almendra, Presidente da AJAP

Ficha Técnica

Propriedade e Edição AJAP-Associação dos Jovens Agricultores de Portugal | Rua D. Pedro V, 108, 2° - 1269-128 Lisboa Direção Eduardo Almendra Coordenação Editorial Nélia Silva Redação: AJAP-Associação dos Jovens Agricultores de Portugal | Rua D. Pedro V, 108, 2° - 1269-128 Lisboa Secretariado Olga Leitão Departamento Comercial Comunicland – Comunicação e Marketing | geral@comunicland.pt Paginação Miguel Inácio Impressão GMT Gráficos Lda | Rua João de Deus, 5-C, Venda Nova - 2700-486 Amadora Depósito Legal nº 78606/94 Registo de Título nº 116714
Tiragem 10 000 Exemplares Periodicidade Trimestral

E-mail revista@ajap.pt URL www.ajap.pt Distribuição Gratuita Estatuto Editorial: consulte em www.ajap.pt INSTITUTO PORTUGUES
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I. P.

Brasil valoriza azeite português

Em 2016 as exportações portuguesas de azeite para o Brasil totalizaram 31.380 toneladas, com um valor de cerca de 140 milhões de euros (cerca de 33% do valor das exportações totais de azeite). No primeiro semestre de 2017, as exportações aumentaram 52,4%, atingindo 82 milhões de euros (16.500 toneladas). O valor das exportações nacionais de azeite para o Brasil tem aumentado de uma forma sustentada ao longo dos últimos anos. O segmento de mercado que mais cresce no Brasil é o mercado dos azeites virgem extra, categoria superior, de maior qualidade e valor acrescentado.



Comércio Portugal-Moçambique

Portugal exportou para Moçambique produtos dos setores agrícola e agroalimentar, mar e florestas no valor de 43,9 milhões de € em média anual, entre 2012 e 2016, (ocupando assim a 26ª posição em relação ao total dos países), enquanto as importações ascenderam a 35,8 milhões de € (31ª posição).

De acordo com dados do INE, o número de empresas portuguesas que exportaram produtos para Moçambique tem vindo a decrescer regularmente ao longo dos últimos anos, passando de 2.670 em 2012 para 2.025 em 2016.

O forte processo de desenvolvimento económico registado em Moçambique foi abruptamente interrompido nos anos 2015 a 2017, prevendo-se a retoma a partir de meados de 2018.

Fonte: GlobalAgrimar, AICEP e INE



Vinho-exportações lusas recuperam

Portugal recupera vendas de vinho para Angola, Brasil e China. No primeiro semestre de 2017, as exportações cresceram 10%, face a igual período do ano passado, mas as expedições para os países terceiros tiveram um crescimento de 25%. No plano externo, destaque para Angola, Brasil e China, destinos que tiveram quedas acentuadas em 2016, e agora estão de novo florescentes. O mercado angolano foi o que mais se destacou, ao aumentar as compras em 136%. O Brasil comprou mais 79% e a China mais 29%.

Fonte: Ministério da Agricultura



O apoio da UE aos jovens agricultores, no âmbito da PAC, é demasiadas vezes, mal definido, sem que estejam especificados os resultados e o impacto, segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu. Os auditores defendem que o apoio deve ser mais orientado para conseguir promover uma renovação das gerações eficaz.

A auditoria incidiu sobre os quatro Estados-Membros da UE que efetuaram o maior volume de despesas a título dos jovens agricultores: França, Espanha, Polónia e Itália. Os auditores constataram diferenças significativas entre a gestão dos pagamentos ao abrigo do Primeiro Pilar, que proporcionam um montante adicional de 25% para os jovens agricultores para além dos pagamentos diretos, e os pagamentos ao abrigo do Segundo Pilar, para a primeira instalação de jovens agricultores.

Segundo o relatório, em relação ao Primeiro Pilar, o apoio não se baseia numa avaliação adequada das necessidades, não reflete o objetivo geral de incentivar a renovação das gerações, nem sempre é concedido aos jovens agricultores com necessidades e, por vezes, beneficia explorações nas quais os jovens agricultores têm apenas um papel reduzido. Os Estados-Membros não coordenam os pagamentos ao abrigo do Primeiro Pilar com o apoio para os jovens agricultores ao abrigo do Segundo Pilar. O apoio é prestado de uma forma normalizada, que não dá resposta a necessidades específicas, para além do rendimento adicional. O quadro comum de acompanhamento e avaliação não inclui indicadores de resultados.

Embora o Segundo Pilar se baseie, em geral, numa avaliação vaga das necessidades, os seus objetivos refletem parcialmente o objetivo geral de fomento da renovação das gerações. A ajuda está orientada mais diretamente para as necessidades dos jovens agricultores no acesso a terras, capital e conhecimentos.

"É fundamental apoiar eficazmente os jovens agricultores para que a atividade agrícola seja sustentável ao longo das gerações", afirmou Janusz Wojciechowski, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "Porém, o Tribunal encontrou poucas provas dos resultados destas medidas e de que ajudem efetivamente os jovens agricultores, principalmente devido a uma orientação insuficiente da ajuda e a indicadores de fraca qualidade."

Os auditores recomendam que a Comissão Europeia e os Estados--Membros:

- melhorem a sua lógica de intervenção através do reforço da avaliação das necessidades e da definição de objetivos que reflitam o objetivo de promover a renovação das gerações;
- melhorem a orientação das medidas através de melhores siste-

mas de seleção de projetos e da utilização de planos de atividades:

 melhorem o acompanhamento e a avaliação, inspirando-se nas melhores práticas desenvolvidas pelos Estados-Membros.

No período de 2007-2020, a UE afetou 9,6 mil milhões de euros de ajuda para os jovens agricultores, a fim de aumentar a competitividade das explorações agrícolas e promover a renovação das gerações no setor agrícola. Incluindo o cofinanciamento dos Estados-Membros ao abrigo da medida de apoio à instalação, no âmbito do Segundo Pilar, a ajuda pública totaliza 18,3 mil milhões de euros. Quase 200.000 jovens agricultores receberam ajuda da UE para apoio à instalação no período de 2007-2013.

O número de jovens agricultores na UE diminuiu de 3,3 milhões para 2,3 milhões entre 2005 e 2013, sendo a percentagem de jovens agricultores face ao total de agricultores ligeiramente superior a 20%.

O relatório, datado de 29 de junho de 2017, está disponível em Português no site eca.europa.eu



DOSSIER CENTRAL - Internacionalização Agro-alimentar

«AJAP promove produtos tradicionais portugueses em Moçambique»



A AJAP realizou uma ação de promoção dos produtos tradicionais portugueses – queijos, enchidos, presunto e azeite – em Maputo, no final de agosto, no âmbito da "Campanha Portugal Gourmet". Este projeto, financiado pelo programa COMPETE 2020, visa contribuir para aumentar a notoriedade e o consumo dos produtos agroalimentares portugueses nos mercados-alvo Moçambique e Brasil.

Foi coroada de êxito a missão da AJAP que visou divulgar a qualidade dos produtos portugueses em Moçambique, no âmbito de um projeto de internacionalização intitulado "Campanha Portugal Gourmet", financiado pelo programa COMPETE 2020.

Azeites, queijos, enchidos e presunto nacionais fazem parte do portfólio de produtos que a AJAP promove e divulga, através de provas de degustação e eventos que informam acerca das suas qualidades, técnicas de produção, processos de transformação e embalagem dos produtos. A ação realizada em Maputo levou os produtos tradicionais portugueses à Embaixada de Portugal na capital moçambicana, onde centenas de convidados provaram as iguarias

nacionais em simbiose com a culinária de Moçambique.

Com o intuito de enquadrar a "Campanha Portugal Gourmet" num contexto de disseminação de conhecimento, reflexão e debate sobre o setor agro-alimentar português e as suas oportunidades no mercado externo, a AJAP organizou em paralelo o "Fórum Qualidade e Competividade Agroalimentar", no Hotel Polana, em Maputo, a 30 de agosto. O evento contou com a participação de representantes políticos e empresários portugueses e moçambicanos, ao mais alto nível.





A mesa da sessão de abertura foi composta por Eurico Brilhante Dias, Secretário de Estado da Internacionalização de Portugal, Maria Amélia Paiva, Embaixadora de Portugal em Moçambique e Firmino Cordeiro, Diretor-Geral da AJAP.

Na mesa redonda "Parcerias Portugal-Moçambique para o Investimento" participaram como oradores António Souto, Administrador Delegado da GAPI-SI, Licínio Pina, Presidente do Conselho de Administração do Crédito Agrícola, Luís Filipe de Castro Henriques, Presidente da AICEP, Miguel Poiares Maduro, Professor Universitário e ex-Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e Paulo Ra-

malho, Especialista em Relações Internacionais.

Na mesa redonda "Competitividade dos Produtos Agrícolas no Mercado Global" estiveram presentes Luís Mira da Silva, Presidente da INOVISA, Soares Xerinda, Presidente do Conselho de Administração da Hidráulica de Chókwe, José Diogo Albuquerque, consultor, Administrador do Agroportal e ex-Secretário de Estado da Agricultura e Firmino Cordeiro, Diretor-Geral da AJAP. A mesa foi moderada pelo jornalista português João Carlos Moleira.

A intervenção de encerramento do Fórum foi da responsabilidade de Joaquim Chissano, Presidente da Fundação Joaquim Chissano e ex-Presidente da República de Moçambique. O evento terminou com um almoço onde foram servidos queijos, enchidos, presunto e azeite portugueses, em harmonia com a culinária moçambicana.

«A Campanha Portugal Gourmet» faz parte de um conjunto de ações a desenvolver pela AJAP, nos próximos meses, em Moçambique e no Brasil e enquadra-se numa estratégia de internacionalização da agricultura Portuguesa em mercados com oportunidades de crescimento e que falam a nossa língua», explica Firmino Cordeiro, Diretor-Geral da AJAP.





Dr. António Souto, Administrador Delegado da GAPI-SI



Eng.º Licínio Pina, Presidente do Conselho de Administração do Crédito Agrícola



Dr. Luís Filipe de Castro Henriques, Presidente da AICEP



Professor Doutor Miguel Poiares Maduro, Professor Universitário, ex-Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

2120-066 Salvaterra de Magos



Dr. Carlos Mucavele, Assessor do Ministro da Agricultura de Moçambique



Irrigation Systems

Dr. João Carlos Moleira, Jornalista



Zona Industrial, Rua G, Lote 26

5370-565 Mirandela

(+351) 278 248 101

Rua dos Eletricistas, 30

7800-133 Beja

(+351) 284 328 195

«O Programa Internacionalizar é uma prioridade nacional»

O Governo vai aprovar até ao final deste ano um programa para a internacionalização da economia portuguesa, que pretende ajudar as PME a exportar mais e a encontrar novos mercados. Simultaneamente, o Executivo pretende atrair a diáspora portuguesa a investir no território nacional. Entrevista com Eurico Brilhante Dias, Secretário de Estado da Internacionalização.



Eurico Brilhante Dias, Secretário de Estado da Internacionalização, participou no Fórum Qualidade e Competitividade Agro-Alimentar, organizado pela AJAP em Maputo, em agosto passado

Quais são os grandes objetivos do "Programa Internacionalizar" a apresentar pelo Governo até final do ano?

O "Programa Internacionalizar" é uma prioridade política do XXI Governo Constitucional, que mereceu igualmente apoio do Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia (que agrega os principais responsáveis, públicos e privados, pela internacionalização da nossa economia). Os objetivos prendem-se, fundamentalmente, com:

- O aumento das exportações, reforçando a seu peso relativo no PIB;
- Alargamento da base exportadora nacional, dando especial enfoque às PME (pequenas e médias empresas);
- Considerando que cerca de 70% das exportações portuguesas são para o mercado europeu, a diversificação de mercados é outro ponto importante;
- Reforço do valor acrescentado das exportações nacionais;
- Aumento do investimento português no Estrangeiro e do Stock de Investimento Direto Estrangeiro para a capitalização e desenvolvimento de ativos e densificação de cadeias de valor nacionais.

Termino, acrescentando que pretendemos aumentar a eficácia dos recursos públicos através da articulação com diversos atores (agências públicas, entidades empresariais e académicas, entre outros).

O Governo pretende uma mudança progressiva na estrutura do investimento direto estrangeiro captado por Portugal. Quer explicar?

Nesta questão é relevante salientar que temos como objetivo captar mais e melhor investimento direto estrangeiro, colocando o foco na resolução dos gaps da cadeia de valor da produção nacional. Atrair a diáspora portuguesa como potencial investidor e valorizar a rede de beneficiários de autorização de residência para atividade de investimento. Concluo, referindo a importância do reforço e perceção de Portugal como país seguro, estável, inovador e moderno, com ambiente propício aos negócios, captando assim a atenção de investidores internacionais.

Das medidas previstas no "Programa Internacionalizar", quais as que terão impacto direto na internacionalização do setor agroalimentar português?

O "Programa Internacionalizar" não dá destaque a nenhum setor de atividade específico. Como já foi referido, pretende-se definir objetivos concretos e apostar numa articulação mais eficaz de todos os agentes envolvidos na internacionalização da nossa economia. Sem prejuízo de algumas medidas puderem ter um impacto mais direto em alguns setores (por exemplo, no caso no setor agroalimentar o acompanhamento de barreiras à entrada de algumas mercados), a verdade é que as medidas previstas pelo programa internacionalizar são transversais a todos os setores de atividade.

Os PALOP são mercados prioritários para a internacionalização da economia portuguesa? Em que países dos PALOP existem as melhores oportunidades para a internacionalização do setor agroalimentar?

O Estado não deve assumir a responsabilidade de definir mercados prioritários. Essa função deve ser (e é) uma função essencial das empresas e das entidades que as representam (em particular, as Associações Empresariais). Naturalmente, o Estado não pode (nem deve) deixar de apoiar as empresas nessa definição de mercados. Para este efeito, alguns Eixos do "Programa Internacionalizar" são fundamentais: Business and Market Intelligence (informação sobre mercados, oportunidade de negócio, identificação de tendências...), Qualificação de Recursos Humanos (de apoio à Internacionalização e à Gestão), Financiamento (procurando garantir melhores condições de acesso e de operação), Apoio no Acesso aos Mercados (AICEP em Portugal e no Exterior, Rede de Embaixadas...) ou Política Comercial e Custos de Contexto.

«Os PALOP são efetivamente prioritários para as nossas empresas»

Dentro deste enquadramento e considerando o último concurso do Portugal 2020 de apoio à internacionalização de projetos conjuntos (promovidos por Associações), podemos afirmar que os PALOP são efetivamente prioritários para as nossas empresas, pois são mercados onde está previsto o terceiro maior número de participações de empresas nacionais (a seguir à UE e à Ásia). Naturalmente, a afinidade cultural e linguística que temos com estes mercados assumem-se com fatores de competitividades bastante relevantes.

O Sr. Secretário de Estado participou no Fórum Qualidade e Competitividade Agro-Alimentar, organizado pela AJAP em Maputo, em agosto passado. Que conclusões retirou desde evento quanto ao potencial do mercado moçambicano para investimento português?

Neste ponto felicito a AJAP pela realização do Fórum Qualidade e Competitividade Agro-Alimentar, em Maputo. A presença do Ex-Presidente da República de Moçambique, Dr. Joaquim Chissano, no evento, atesta da relevância que lhe foi dada, em Moçambique. Enquanto Secretário de Estado da Internacionalização reiterei, em diversas ocasiões, que o atual Governo entende que as Associações Empresariais têm um papel fundamental na internacionalização. Associações Empresariais como a AJAP, através do seu dinamismo e iniciativas como o Fórum, promovem o conhecimento mútuo dos mercados, identificando e divulgando oportunidades de negócio e sobretudo promovendo o contato entre empresas e empresários dos Países. Encontram-se, portanto, na dianteira da internacionalização da economia portuguesa, facilitando o acesso das empresas portuguesas a mercados estrangeiros. No caso específico do mercado moçambicano, o Fórum teve a mais-valia de promover o networking empresarial que é indispensável para fomentar o desenvolvimento de parcerias no setor agroalimentar. As sinergias entre empresas portuguesas e moçambicanas devem ser incentivadas, pois são vantajosas para ambas. Moçambique, devido ao seu vasto território com enorme diversidade de solos e climas, tem um enorme potencial agrícola e o know-how português no âmbito da formação, qualificação, investigação aplicada, desenvolvimento de projetos, comercialização, irrigação e transferência de tecnologia poderá ter um importante contributo no seu desenvolvimento.





«Estão reunidas as condições para o aprofundamento dos laços comerciais e de investimento entre Portugal e Moçambique»

Excerto do Discurso da Dr.ª Maria Amélia Paiva, Embaixadora de Portugal em Moçambique, na Sessão de Abertura do Fórum Qualidade e Competitividade Agro-Alimentar, realizado em Maputo, a 30 de agosto de 2017.

O setor do agronegócio é um dos 4 pilares de desenvolvimento apontados como prioritários pelo Governo de Moçambique e tem vindo a captar um interesse crescente por parte das empresas portuguesas.

Da agricultura, à distribuição, passando pela indústria transformadora e pelos serviços de consultoria e estudo/análise, as empresas portuguesas têm sondado a possibilidade de posicionar-se neste importantíssimo mercado e alguns grupos económicos investem já em Moçambique, como sejam o grupo SONAE, o grupo AMORIM, o grupo Mundotêxtil (em parceria com Mundifios e Crispim e Abreu), o grupo Entreposto, o grupo Teixeira de Almeida, o grupo João Ferreira dos Santos, o grupo Portucel, o grupo Visabeira, o grupo Teixeira Duarte, o grupo Soguima, para destacar alguns, que aqui se encontram, nalguns casos em parceria com empresas locais.

Mas também individualmente, encontramos inúmeros exemplos de fortes investimentos de empresas de capitais portugueses que aplicaram os seus recursos, os seus conhecimentos e a sua força anímica para singrarem em Moçambique e são hoje grandes produtores de caju, de batata, de gado e de muitos outros produtos e até de crocodilos. De notar que Moçambique dispõe de um recurso muito escasso na região da África Austral, essencial ao desenvolvimento deste setor, a água. Dispõe também de terra e de recursos humanos jovens que começa a qualificar e, por outro lado, mantém com os países do Médio Oriente e da Ásia, para além dos seus parceiros da SADC, uma relação comercial duradoura e profunda o que lhe permite assegurar mercado para potenciais investimentos que venham a ultrapassar o foco no mercado interno moçambicano.

Recentemente a União Europeia acordou com a SADC um Acordo de Parceria Económica - APE que permite o aprofundamento de relações económicas e estão a ser produzidos documentos normativos pelo governo Moçambicano que irão permitir a entrada no país de equipamentos e insumos necessários ao desenvolvimento do setor agroindustrial, à taxa zero.

Estão assim, cremos, reunidas condições para o aprofundamento dos laços comerciais e de investimento entre Portugal e Moçambique, neste setor pelo que, nesta como noutras áreas, continuaremos a apoiar as empresas portuguesas na sua procura e aposta neste setor e nesta região. Trabalharemos com as competentes autoridades moçambicanas na identificação de problemas críticos e nas possíveis soluções como são o acesso às DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e na sua concretização e valorização como forma de instrumento de garantia para o acesso a crédito. Neste âmbito particular, as linhas de financiamento e instrumentos de capitalização terão também de ser substancialmente melhorados. A ligação aos centros de saber portugueses, que assegurem inovação das soluções ao longo de toda a cadeia de valor é também uma área fundamental e de colaboração possível com Moçambique. Os Governos de Moçambique e de Portugal têm vindo a reafirmar a importância estratégica da cadeia de valor agrícola para o desenvolvimento económico e social dos dois países, com vista a ter um impacto positivo nas economias dos dois países e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

É assim que a Embaixada de Portugal em Moçambique, através da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, tem vindo a levar a cabo iniciativas consistentes nesta área prioritária.

Em dezembro de 2016 organizámos um seminário sobre agronegócio que desenhámos como um trajeto do Agricultor ao mercado passando pela transformação, armazenamento e distribuição do produto. Abordámos então a te-

mática da relevância dos jovens agricultores na transformação do setor agroindustrial português, tendo na altura contado exatamente com a colaboração da AJAP, e exemplificámos com um processo organizativo em forma de cooperativa, num território de baixa densidade, utilizando produtos endógenos locais, e contámos também com o exemplo de uma grande cadeia de distribuição que criou um clube de produtores para o aproximar de pequenos agricultores e assegurar a possibilidade de os integrar como seus fornecedores. Falámos ainda de financiamento, de desafios e de oportunidades. Por fim, simbolicamente, um renomado chefe de cozinha utilizou produtos dos expositores que convidámos a participar nesse evento preparando propostas de degustação de fusão dos dois países.

Consideramos que o evento permitiu dar um novo impulso para o estabelecimento de possíveis parcerias e para uma série de

ações sistemáticas no âmbito do agronegócio.

Assim, num apertado exercício de gestão de recursos financeiros, produzimos informação em formato de mapa de estradas do investidor no setor agro, à qual juntámos uma lista de oportunidades de negócio. Ambos os documentos foram agora distribuídos pelos participantes nas várias missões empresariais que por altura da FACIM se deslocam a Moçambique.

O MASA – Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar Moçambicano, demonstrou disponibilidade para colaborar com a AICEP e a Embaixada no aprofundamento de oportunidades de negócio e desafios do setor. Estamos muito disponíveis para prosseguir no desenvolvimento deste tema através de ações práticas diversas, alinhando a intervenção económica e comercial e a cooperação portuguesa com os interesses económicos e as empresas portuguesas.





«Parcerias Portugal-Moçambique para o investimento»

Por: Paulo Ramalho, orador do "Fórum Qualidade e Competividade Agroalimentar"

Paulo Ramalho e Licínio Pina, presidente do conselho de administração do Crédito Agrícola, cumprimentam Joaquim Chissano à chegada ao "Fórum Qualidade e Competividade Agroalimentar"

Tenho-o repetido por diversas vezes, apesar de ser considerado um país pobre, atualmente com uma população de cerca de 27 milhões de pessoas (maioritariamente jovem), com um PIB per capita na ordem dos 411 dólares americanos, Moçambique é um território de elevado potencial económico. E estou certo, que mais tarde ou mais cedo, o destino vai tratar de confirmar esse estatuto. 2030 é claramente uma meta.

Moçambique possui uma situação geográfica privilegiada, cujo território possui uma extensa costa de cerca de 2.470 Km, uma Zona Económica Exclusiva de 586 mil Km² e faz fronteira com seis países, Tanzânia, África do Sul, Malawi, Zâmbia, Zimbabué e Suazilândia, sendo que estes quatro últimos, não possuem qualquer acesso direto ao mar, pelo que serão sempre potenciais clientes das infra-estruturas portuárias moçambicanas...

Acresce que, segundo estimativas de 2015, Moçambique possuirá a quarta maior reserva de gás natural do mundo e poderá ter reservas superiores a 23 mil milhões de toneladas de carvão mineral, cuja exploração poderá tornar o país no maior exportador de carvão do continente africano, a médio prazo.

Sendo que é no setor agrícola, em minha opinião, que nesta altura ocupa cerca de 80% da sua população, e cuja produção em 2014 contribuiu apenas com 24% para o PIB nacional, que Moçambique poderá encontrar o caminho mais seguro para a afirmação do seu desenvolvimento. Caraterizado por uma grande diversidade de solos e variantes climatéricas, o território mocambicano possui especiais condições naturais para vir a ser um grande produtor de bens alimentares. Recorde-se que Moçambique possui mais de 36 milhões de hectares de solo arável, dos quais somente 10% estão a ser efetivamente explorados. E dos 3,3 milhões de hectares de terreno com capacidade de irrigação, por esta altura não chegarão aos 150 mil os que possuem infra-estruturas para o efeito.

Falta qualificação e organização à produção agrícola moçambicana. Faltam infra-estruturas. Faltam investimentos estratégicos que para além da produção apostem no processamento, na transformação e na comercialização, que tenham a ambição de atingir para além dos mercados locais, os mercados externos.

Um dos maiores constrangimentos ao desenvolvimento económico de Moçambique, e designadamente no que respeita ao setor empresarial agrário, reside na deficiente rede de vias de comunicação que o país ainda possui, quer a nível das infra-estruturas rodoviárias (apesar dos recentes investimentos...), quer ferroviárias (muito reduzida e em mau estado), o que dificulta muito o transporte de pessoas e bens. Todavia, o Governo moçambicano anunciou recentemente planos para a construção de linhas férreas de norte a sul do país, numa extensão de 3.800 Km.

Ora, Moçambique integra conjuntamente com a África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), ou seja, uma zona de comércio livre com mais de 240 milhões de consumidores.

Por outro lado, as Nações Unidas estimam que a população mundial, que hoje é de cerca de 7,2 mil milhões, possa atingir os 9,6 mil milhões em 2050, o que segundo a FAO poderá implicar um aumento da produção alimentar na ordem dos 60% até 2050, para responder às necessidades futuras da humanidade.

Acresce que em setembro de 2015, e sob a égide da Organização das Nações Unidas, foram aprovados os denominados "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável", tendo os principais líderes mundiais assumido o compromisso de desenvolver esforços no sentido de até 2030 serem alcançados um conjunto de objetivos e metas extensíveis a todo o planeta, de que se destacam: a erradicação da pobreza, a erradicação da fome, o alcance da segurança alimentar, a melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável, a garantia do acesso a uma educação inclusiva, de qualidade e equitativa, a promoção do crescimento económico inclusivo e sustentável, do emprego pleno e produtivo, do trabalho digno, a construção de infra-estruturas resilientes, a promoção da industrialização inclusiva e sustentável, o fomento da inovação, a redução das desigualdades, a criação de cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, a garantia e padrões de consumo e de produção sustentáveis e o reforço dos meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável. Esta é a estratégia mundial da nova cooperação para o desenvolvimento. É para este caminho que os fundos dos doadores vão ser alocados nos próximos 15 anos, designadamente para economias mais frágeis, como é ainda a de Moçambique.

Certo é que Portugal e Moçambique têm uma relação histórica de mais de 500 anos. Partilham uma língua comum, falada por mais de 250 milhões de pessoas em todo o mundo. Fazem parte da CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Enquanto "líder natural" da comunidade lusófona, Portugal tem uma especial obrigação de prestar contributos a Moçambique para que este país irmão consiga atingir os aludidos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável".

Daí que se há setor onde o Estado português poderia oferecer um contributo importante no desenvolvimento e sustentabilidade da economia moçambicana é precisamente o agrário, promovendo ações de cooperação estratégicas em parceria com as autoridades locais, com vista à formação, qualificação e organização da produção local, mobilizando inclusive as escolas agrárias, bem como o movimento associativo e cooperativo nacional, a partilhar as suas experiências e conhecimentos, que desenvolvem com sucesso em Portugal. A AJAP- Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, dentro das suas limitações, tem já um histórico de trabalho relevante em território moçambicano a este nível, que tem merecido reconhecimentos pelas próprias autoridades locais.

E se houve setor da economia que se desenvolveu nos últimos anos em Portugal, colecionando sucessos nos mercados internacionais, foi indiscutivelmente o do agro-alimentar. Também por isso Moçambique é claramente hoje uma oportunidade estratégica de investimento para as empresas portuguesas que tenham a ambição de competir no grande mercado da África Austral, e a partir daí para outros mercados, que nesta era da globalização, estão sempre ali ao lado... E quem chegar primeiro, vai pelo menos ocupando o espaço.

Sendo que também aqui, o caminho será sempre mais fácil se for possível encontrar um parceiro local. E Moçambique possui já nos dias de hoje uma organização associativa representativa do seu tecido empresarial, presente em todas as províncias do país, como o é claramente a CTA- Confederação das Associações Económicas de Moçambique, e da qual faz parte a FENAGRI, que é a federação representativa do tecido empresarial agrário moçambicano, e com quem a AJAP desenvolve desde algum tempo relações de cooperação.

Haja vontade e o caminho vai-se construindo, em benefício dos dois países, Portugal e Moçambique, como não poderia deixar de ser...



Paulo Ramalho é especialista em Relações Internacionais e Cooperação



Mesa redonda "Competitividade dos Produtos Agrícolas no Mercado Global"

A mesa redonda sobre competitividade no mercado global acabou inevitavelmente por se centrar muito nas agriculturas dos dois países, Portugal e Moçambique, em particular na relação destas com o desenvolvimento e a competição do mercado.

Fica claro que apesar de as agriculturas em Portugal e Moçambique serem diferentes, não produzimos os mesmos produtos, acabamos por ter problemas parecidos. Só se ganha por isso, aprendendo com a experiência dos outros.

Neste contexto, de análise entre as duas agriculturas, veio inevitavelmente a pergunta sobre como Portugal conseguiu que a sua agricultura passasse de ser um setor subsídio-dependente para um setor económico respeitado.

Esta mudança foi conseguida em grande parte pelo sucesso da agricultura Portuguesa, que levou a um reconhecimento pela sociedade. Mas esse sucesso também se explica pelas políticas públicas levadas a cabo nos últimos anos:

 Um investimento de fundos públicos da Política Agrícola Comum (PAC), com uma alavancagem forte da componente nacional, que maximizaram os apoios Comunitários e com uma regularização dos pagamentos aos agricultores. Esta alavancagem de fundos que existiu entre 2010 e 2015, foi a mais elevada nas últimas décadas e produziu resultados: capitalização dos agricultores e confiança nos agentes económicos que investiam no setor.

- Uma aposta na concentração da oferta, através de venda conjunta em estruturas agrupadas, como as Organizações de Produtores.
- Um esforço nas políticas de apoio ao escoamento de produtos: nas exportações, com uma aposta na diplomacia económica; no mercado interno, com o reequilíbrio do funcionamento na cadeia alimentar, através de legislação e códigos voluntários a regular as práticas comerciais desleais.

Pode a Agricultura Moçambicana seguir um caminho parecido?

À partida as situações são muito diferentes. Moçambique não beneficia de uma Política Agrícola Comum como Portugal. Tem sido beneficiado com políticas de cooperação de países desenvolvidos e da própria UE, mas estas têm uma multiplicidade muito grande, ao contrário da unicidade da PAC.

Há, no entanto, alguns pressupostos que se aplicam e que parecem ser essenciais a uma receita para o progresso de agriculturas como a de Moçambique:

Primeiro, a consciencialização que a agricultura em África é para ser levada a sério. O desafio da alimentação mundial é para todos: se o atual ritmo de crescimento da população mundial continuar, em 2050 serão necessários mais de 60% de alimentos. Essa procura só será satisfeita de forma sustentável se o contributo vier de todos os países do globo, e não só dos países desenvolvidos. Partindo, deste pressuposto, é possível constatar que um país como Moçambique precisa de uma política pública de apoio à agricultura que seja única, vertebrada, em vez de várias ações de desenvolvimento soltas e espartilhadas.

Segundo, os agricultores de alguma forma necessitam de estar capitalizados. Só com um mínimo de rendimentos e de estabilidade é que se podem lançar na modernização das explorações, aumentar a produtividade e produzir com um mínimo de continuidade e planeamento para o mercado. O prémio à instalação dos jovens agricultores previsto na PAC é um bom exemplo de um incentivo ao arranque de uma exploração de uma forma financeiramente sustentável.

Terceiro, o investimento nas infraestruturas de regadio é essencial. Em países com temperaturas elevadas, onde a seca é uma ameaça, e os riscos das alterações climáticas são cada vez mais inevitáveis, o regadio é a melhor forma de adaptação das explorações à variabilidade climática, por um lado, e a melhor ferramenta para aumentar as produtividades das explorações, por outro.

Quarto, a aposta no conhecimento será chave para que se consiga percorrer o caminho da produção e na resposta aos desafios da alimentação, no mesmo corredor que o caminho da sustentabilidade.

Finalmente, os canais de comercialização terão que ser trabalhados. Para as exportações, além da necessária diplomacia económica, a estabilidade no país e rigor nas regras será condição essencial para haver estímulo às trocas comerciais. Para o mercado interno, terá que haver enquadramento legal necessário para o bom funcionamento na distribuição de valor entre produção, indústria e retalho.

Mudanças como as que se falaram, não são fáceis, e envolvem decisões de Governança importantes. Mas algo é certo, a internacionalização não chega, a dimensão da cooperação será uma via necessária para o fortalecimento da Agricultura Moçambicana, e os Agricultores Portugueses querem e devem poder trabalhar para um mercado conjunto, com agricultores Moçambicanos fortes. Os dois países não produzem os mesmos produtos e são na realidade comple-

mentares, mas tiveram e têm problemas parecidos. É possível, por isso, trabalhar num ângulo de cooperação entre os dois países, ajudando a trazer mais tecnologia, promover mais formação profissional na agricultura e mais assistência técnica.

«Os Agricultores Portugueses querem e devem poder trabalhar para um mercado conjunto, com agricultores Moçambicanos fortes»



José Diogo Albuquerque é Consultor, administrador do Agroportal e ex-Secretário de Estado da Agricultura



Excerto do discurso do Dr. Joaquim Chissano, Presidente da Fundação Joaquim Chissano na Sessão de Encerramento do Fórum Qualidade e Competitividade Agro-Alimentar, realizado em Maputo, a 30 de agosto de 2017.

Gostaria de saudar a iniciativa da realização deste importante evento, que é mais um tijolo no longo e contínuo processo da edificação e desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre Moçambique e Portugal. Felicito também os trabalhos que a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) vem realizando nos Países membros da CPLP e em particular em Moçambique, nomeadamente, no que se refere à sua cooperação com a Associação dos Jovens Agricultores Moçambicanos (AJAM).

Conforme foi referido, a agricultura é uma das quatro áreas prioritárias do Programa Quinquenal do Governo, sendo as outras a energia, infraestruturas e o turismo.

Contudo, temos de reconhecer que os avultados investimentos feitos neste setor da economia ao longo dos anos têm produzido resultados muito aquém do esperado e do desejado. Como prova disso, continuamos a importar alimentos básicos, tais

como hortícolas e cereais. Outro facto ilustrativo da insegurança alimentar do nosso país é dado pelos ainda elevados índices de malnutrição crónica que registamos nas nossas crianças.

A experiência tem vindo a demonstrar que o desenvolvimento da agricultura em Moçambique, como em qualquer outro país, exige uma abordagem holística, numa perspectiva de cadeias de valor.

Formação agrícola

Em nossa opinião, a cadeia de valor na agricultura deve começar nas escolas de agricultura, desde o nível básico até ao superior. É constatação comum que os graduados das nossas escolas de agricultura, na sua maioria, terminam a sua formação com atitudes e prática profissional muito rudimentares, insuficientes e inadequadas para os transformar em verdadeiros produtores agrícolas.

São necessárias iniciativas e instrumentos de apoio à iniciação empresarial dos graduados, que incluam financiamento e acompanhamento das suas atividades, sobretudo nos primeiros anos de atividade.

Creio que a AJAP pode ser um parceiro importante de Moçambique na formação de quadros agrários dotados de conhecimentos, atitudes e práticas profissionais à altura das exigências do mercado nacional e regional.

Um setor que tem sido pouco apoiado é o setor privado agrícola nacional. Na realidade, o setor privado agrícola nacional é dominado por grandes empresas estrangeiras, explorando monoculturas de rendimento, em particular a cana do açúcar, o tabaco, produtos florestais, algodão e outras commodities, em extensas áreas de cultivo. Estas empresas possuem know-how e capital e apenas precisam do Estado para lhes disponibilizar a terra que precisam. As grandes empresas agrícolas são necessárias, pois são criadoras de emprego e, se bem orientadas, podem ser importantes parceiros do desenvolvimento das comunidades das zonas em que operam. Contudo, elas não esgotam o espaço de existência e atuação de outras empresas, sobretudo as de pequena e média dimensão, mais vocacionadas à produção de alimentos.

Para que possam cumprir, mais cabalmente, o seu papel no desenvolvimento nacional, estas empresas precisam de esquemas de apoio multiforme do Estado e dos parceiros, que as habilite tecnicamente, sobretudo nas áreas de gestão empresarial, bem como em técnicas e tecnologias de produção. Igualmente importante é a necessidade de criação ou adopção de esquemas de financiamento ou co-financiamento que estimulem os empresários, principalmente jovens empresários, a investirem na agricultura.

Acesso aos mercados

O acesso aos mercados é outro desafio que os pequenos produtores enfrentam, principalmente por falta de empresas que comprem a sua produção e lhe acrescentem valor, antes da sua entrega aos mercados consumidores. Estas empresas intermediárias desempenham um importante papel nas cadeias de valor, não só porque constituem um mercado seguro à produção dos agricultores, sobretudo dos pequenos agricultores, mas também porque podem oferecer uma remuneração mais justa, e não predadora, dado que acrescentam valor à produção adquirida.

A Fundação Joaquim Chissano está envolvida numa iniciativa empresarial destinada ao aumento quantitativo e qualitativo de hortícolas e não só, produzidas por pequenos produtores, bem como à criação de mercado seguro para a sua produção, dentro da perspetiva de desenvolvimento de cadeia de valor.

O apoio ao setor privado deveria ser o eixo principal do desenvolvimento da agricultura em Moçambique e este deveria ser engajado no apoio ao desenvolvimento do setor familiar, através de mecanismos de transferência de tecnologias e compra da sua produção. Desenvolver a agricultura familiar é importante, mas, para o crescimento e competitividade do país, precisamos de desenvolver a agricultura comercial, o agri-negócio, de modo a que sirva de suporte ao desenvolvimento do setor familiar e liderar o processo do alcance da auto-suficiência alimentar, em tempo histórico curto. É preciso que o pequeno produtor passe a produtor comercial, e de pequeno empresário a médio empresário e daqui a grande empresário.

Embora Moçambique esteja a enfrentar problemas básicos de desenvolvimento da sua agricultura, as trocas comerciais de produtos agrícolas com Portugal é de elevada importância económica. Contudo, para que essas trocas comerciais decorram com a fluidez necessária é imperioso que sejam encontradas e postas em prática as soluções mais adequadas.

Mobilidade de pessoas e bens na CPLP

Assim, a nível da CPLP deveria ser vista a possibilidade de adoção de um visto especial para investidores e estudantes, com o objetivo de facilitar a mobilidade dos agentes económicos e bens, bem como a formação de capital humano. Um dos aspetos importantes para a mobilidade de pessoas e bens entre os

países tem sido as ligações aéreas. Na CPLP as ligações aéreas entre os estados-membros ainda são muito fracas, não existindo ligações diretas. Em conjunto, as companhias aéreas e os respetivos governos deveriam refletir neste assunto e encontrar soluções.

Banco de desenvolvimento

Como me referi anteriormente, o financiamento ao desenvolvimento agrário é um dos desafios com que Moçambique se debate e para o qual é preciso encontrar solução duradoura.

No caso do setor agrário, foram instituídos vários fundos e garantias de crédito, mas o efeito prático desses apoios tem sido mínimo. Isto acontece porque as ações realizadas têm sido isoladas. Uma forma de criar um grande impacto e sustentabilidade desses apoios seria através da centralização desses fundos e com eles criar um banco de desenvolvimento. Assim, seria criado um único fundo de garantia para projetos, com um elevado impacto económico e social no nosso país.

Por outro lado, Portugal, sendo membro da União Europeia, através de instrumentos apropriados, poderia desempenhar um papel de relevo no acesso de Moçambique a diversos fundos europeus. Mais concretamente Portugal poderia estudar a possibilidade de captar fundos concessionais existentes na União Europeia e canalizá-los para Moçambique, onde seriam usados como dinamizadores de relações económicas mais robustas entre os dois países, lideradas pelas respetivas organizações do setor privado.

«Há um notável aumento de jovens que se dedicam à Agricultura»

José Manuel Estiveira Gonçalves, Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Silves, revela que 32% do crédito concedido a empresas pela instituição que lidera se destina ao setor agrícola e à agro-indústria.



A CCAM de Silves atua num vasto concelho, do litoral ao interior do Algarve. As assimetrias continuam a existir na atividade económica entre Litoral e Interior? Como se reflete isso no vosso negócio?

As assimetrias existentes entre o litoral e o interior Algarvio não só permanecem como se têm vindo a acentuar, criando dificuldades ao desenvolvimento económico, essencialmente na zona do barrocal e serra algarvia. O reflexo destes problemas para o Crédito Agrícola não se coloca tanto, porque

as Caixas Agrícolas, quando foram criadas tiveram como objetivo principal combater estas desigualdades. Assim, as Caixas Agrícolas conseguem através da sua proximidade às populações do interior solucionar os seus problemas mais rapidamente do que outra qualquer Instituição de Crédito.

A procura dos jovens por crédito para investimento no meio rural tem vindo a aumentar? Quais as áreas de investimento mais relevantes?

Já antes do início da crise económica /financeira em 2007, tínhamos alguns jovens com grande apetência para se estabelecerem e iniciarem um percurso dedicado à agricultura, uns por origens familiares, e outros por vocação, e muitos já com formação específica para variadas especificidades agrícolas. Durante o período que decorreu desde o início da crise económica/financeira até à presente data, notamos um notável aumento de jovens que se dedicaram à Agricultura, com pequenos e médios investimentos em citrinos, frutos vermelhos, vinha e novos frutos, como as romãs, abacate, etc.

Quais as culturas agrícolas com maior crescimento no concelho de Silves?

Nos concelhos de Silves e Lagoa, predominam os citrinos, contudo já temos jovens agricultores dedicados também às outras espécies, enunciadas na resposta anterior.

«O protocolo existente entre AJAP e a nossa Caixa veio criar uma nova dinâmica»



Qual é a importância do crédito concedido à atividade agrícola no vosso negócio?

O Crédito concedido para fins agrícolas e para agroindústria é por nós considerado muito significativo, são mais ou menos 32% do crédito concedido a empresas.

A figura do Jovem Empresário Rural, proposta pela AJAP e que está ser legislada neste momento pelo Ministério da Agricultura, poderá contribuir para criar mais investimento no concelho de Silves?

Estou certo que vai contribuir, não só para os nossos concelhos como

para todo o País em geral. Aliás, é uma figura que a sua criação peca por tardia, por isso dou os meus sinceros parabéns à AJAP, pela excelente iniciativa, esperando que a mesma se concretize a breve prazo.

Que mais-valias decorrem do protocolo assinado entre o Crédito Agrícola e a AJAP para os vossos clientes?

Além da grande oportunidade que tivemos de conhecer os vossos serviços, foi também uma enorme mais-valia, o profissionalismo dos vossos colaboradores, sempre disponíveis para atender os nossos associados e clientes. O protocolo existente entre AJAP, a Associação de Regantes de Silves e Lagoa e a nossa Caixa, veio criar uma nova dinâmica, não só no atendimento, como na resolução dos mais diversos problemas.

A CCAM de Silves tem 6 delegações, Lagoa, Porches, Carvoeiro, Parchal, Algoz, Alcantarilha e a Sede em Silves



«É preciso que os jovens fiquem e invistam na sua terra»

Filomena Rosário, 42 anos, licenciada em Agricultura Sustentável, é o rosto da AJAP nos concelhos de Sousel, Avis, Fronteira e parte do concelho de Estremoz, onde presta assistência técnica a cerca de 80 agricultores, a um total de 44.144 hectares.

A agricultura e as atividades ligadas ao meio rural são centrais na economia da região, que tem dado alguns passos positivos na modernização das explorações agrícolas. «Grande parte dos agricultores a quem presto apoio são explorações de sequeiro (olival, bovinos e ovinos), que vão mantendo as áreas e as culturas, mas nas explorações de regadio tem havido investimento. São agricultores na faixa etária dos 40-50 anos, plantaram olivais intensivos e superintensivos, de variedades mais produtivas do que a azeitona Galega, investiram em vinha, em nogueiras, ameixeiras, mirtilos e até na produção de caracóis», conta Filomena Rosário.

Muita da dinâmica agrícola destes concelhos é acompanhada pelo gabinete da AJAP em Sousel, que por ano submete em média 170 candidaturas ao IFAP e realiza também atendimento no posto móvel na Cooperativa Agrícola de Ervedal, Figueira e Barros. Os agriculto-

res contam desde a primeira hora com a orientação de Filomena Rosário, na elaboração de projetos de investimento agrícola para submissão aos apoios públicos, e desde o início do atual Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) o gabinete já submeteu pedidos de apoio no montante acumulado de investimento para a Ação 3.2.1 no valor de 1.351.914,10€, para a Ação 3.2.2. no valor de 241.457,47€ e para a Ação 10.2.1.1 no valor de 49.794,69€.

O apoio técnico de campo aos agricultores é, no entanto, a mais gratificante de todas as tarefas. Desde a elaboração de cadernos de campo, à ajuda na implementação das medidas agroambientais ou ao cumprimento das regras da Zona Vulnerável de Estremoz-Cano, Filomena Rosário tem um diaadia preenchido e realizado.

No mês de setembro, uma das tarefas a que se dedica é a monitorização da mosca da azeitona nos olivais dos "seus" agricultores. «Coloco as armadilhas e todas as semanas faço a monitorização através da contagem dos insetos capturados. Estamos no início da maturação da azeitona e temos de estar muito atentos à evolução da praga, para que não gere prejuízos nos frutos», explica a técnica. «Os agricultores consultam-me bastante na fase de aplicação de tratamentos fitossanitários (...) estão cada vez estão mais sensibilizados para tratar os olivais apenas quando necessário e apenas com produtos homologados», acrescenta.

É também com orgulho que fala das análises foliares que realiza nas parcelas agrícolas inseridas na Zona Vulnerável de Estremoz-Cano e dos resultados obtidos junto dos agricultores: «antes aplicavam fertilizantes sem prestar atenção às consequências da poluição do solo e das águas subterrâneas, mas agora já começam a estar sensibilizados para a necessidade de controlar a quantidade de azoto aplicado».

Jovens agricultores

A maioria dos jovens agricultores instalados nos concelhos de Sousel, Avis, Fronteira e Estremoz provêm de famílias com atividade agrícola e seguem as orientações produtivas tradicionais da região – gado, olival, vinha –, mas também há alguns projetos "fora da caixa". É o caso do investimento realizado por Sérgio Sacoto, que investiu na helicicultura em 2009. Instalou estufas numa área de 8.000m² para a produção de caracóis e atualmente realiza todo o processo produtivo, embala e vende sob a marca "Caracoleta Alentejana", inclusive para cadeias de supermercados. Um projeto que contou com o apoio da AJAP de Sousel.

Apesar dos casos de sucesso ao longo do PRODER, Filomena Rosário lamenta que desde início do PDR2020 não tem recebido qualquer projeto de investimento para instalação de jovem agricultores. «Esta inércia tem certamente a ver com a descida dos montantes de apoio e com a falta de vontade dos mais jovens do concelho em fazer vida na agricultura», adianta a ténica da AJAP.

O futuro

No entanto, é com otimismo e entusiasmo que vê entreabrir-se uma nova perspetiva ao abrigo da figura do Jovem Empresário Rural: «A figura do Jovem Empresário Rural é fundamental. Há potencial nas

explorações agrícolas de Sousel para aliar agricultura e turismo e oportunidades por explorar na área do turismo de ambiente. Temos tido contactos de pessoas que querem fazer projetos para alojamento local», revela. A venda de produtos alimentares transformados na região é um motivo de atratividade para este tipo de negócios: «há quatro lagares no concelho de Sousel, há adegas, hortícolas, queijarias, muito potencial para atrair turistas à região, mas é preciso que os jovens fiquem e invistam na sua terra», isto porque Sousel é um concelho onde sobra terra e faltam pessoas, a julgar pela baixa densidade populacional de apenas 18 habitantes/km².

Filomena Rosário da AJAP ajudou Sérgio Sacoto no projeto de investimento de produção de caracóis





INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Armadilha automática para contagem da mosca da azeitona

Durante os últimos meses foram colocados em campo diversos protótipos da armadilha automática para contagem da mosca da azeitona, desenvolvida no âmbito do projeto ENTOMATIC. Com a colaboração dos parceiros do projeto, as armadilhas foram distribuídas em parcelas de olival em Portugal, Espanha, Grécia e Turquia.

Estes ensaios visam a correta validação do sensor de deteção da mosca da azeitona instalado em cada armadilha. Os resultados obtidos no campo contribuem para melhorar o reconhecimento das moscas, levando à otimização dos dados recolhidos até ao momento.

Através dos testes de campo que decorrem nas diversas zonas são registadas as sugestões dos utilizadores, com vista a melhorar a recolha dos dados e a otimizar a configuração inicial da armadilha, visando a sua maior eficácia.

No que se refere à comunicação entre as armadilhas e a plataforma de receção de dados, esta tem sido extremamente satisfatória, pois o sistema web de recolha e gestão de dados tem vindo a recolher a informação emitida pelas diversas armadilhas em teste.

Em Portugal foi instalado um protótipo de armadilha num olival na zona de Cuba, no Alentejo, a 1 de agosto. O número de insetos capturados tem sido reduzido (ver imagem), o que pode ser explicado pelas elevadas temperaturas e baixo índice de humidade ocorridos na Região, que conduzem a um reduzido nível de ataque da mosca.

Os técnicos da AJAP, uma das entidades parceiras do projeto, fizeram algumas recomendações para melhoria do protótipo, nomeadamente, a introdução de uma base de cor amarela na armadilha, de modo a aumentar a atratividade da mesma para as moscas; bem como a melhoria da configuração da armadilha ao nível do carregamento da bateria.

Nos próximos meses serão apresentadas as conclusões dos dados recolhidos que ficarão disponíveis na página web do projeto:

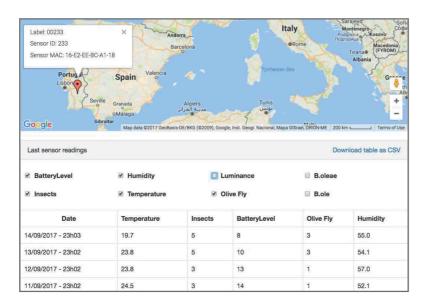
https://www.upf.edu/web/entomatic/



Detalhe da armadilha instalada na zona de Jaén, em Espanha



Detalhe a armadilha instalada na zona de Izmir, na Turquia



Detalhe dos dados recolhidos pela armadilha instalada na zona de Cuba, em Portugal



«20% do orçamento da PAC deve ser dedicado aos jovens agricultores»

Jannes Maes, novo Presidente de Conselho Europeu de Jovens Agricultores (CEJA), quer que a futura Política Agrícola Comum dê prioridade à formação e à transferência de conhecimento entre agricultores e aposta na criação de um "sistema de mobilidade da terra" que facilite o acesso dos jovens à terra.



Jannes Maes, o novo Presidente do CEJA, nasceu em 1991 numa quinta de criação de gado e ovelhas em Aalter, na Flandres, Bélgica. Tem um bacharelato em Agricultura e é gerente de uma vacaria em Axel, na Holanda.

O CEJA defende a criação de novas medidas de apoio que antecipem crises e previnam o risco em explorações agrícolas lideradas por jovens agricultores. Que medidas são essas?

O CEJA acredita que cada região, cada exploração agrícola e cada agricultor são únicos. Por isso, não defendemos uma "receita" única aplicável a todos. É muito importante que exista um leque variado de oportunidades e diferentes instrumentos à disposição, para que cada jovem agricultor(a) escolha a que melhor se adequa ao seu caso concreto. Alguns exemplos são (tal como mencionado na nossa posição sobre a PAC "Os jovens Agricultores são centrais na futura PAC") os seguros, a criação de mercados de futuros, os paga-

mentos contra-cíclicos e os empréstimos bancários específicos para jovens agricultores.

O CEJA defende que 10% do orçamento do Pilar II da PAC (Desenvolvimento Rural) deve ser alocado a medidas holísticas para jovens agricultores. Que medidas são essas?

Vamos até mais longe, defendendo que 20% do orçamento da PAC seja alocado a medidas para os jovens agricultores e à renovação de gerações na agricultura, independentemente da estrutura da próxima PAC. De modo geral, defendemos que todas as medidas da PAC deem prioridade aos jovens agricultores. Significa que queremos avaliar os efeitos que todas as medidas têm nos jovens agricultores e ver se há

mais alguma coisa que possamos fazer (tal como temos o top-up nos pagamentos diretos). Alguns instrumentos com enfoque nos jovens agricultores são as start-up e as ajudas ao investimento. Também queremos que a futura PAC dê prioridade à formação e à transferência de conhecimento entre agricultores. Além disso, a criação de um "sistema de mobilidade da terra", a aplicar por cada Estado-membro, facilitará o acesso dos jovens à terra no futuro.

Dê exemplos de medidas que podem facilitar o acesso dos jovens à terra...

Temos de nos focar tanto em medidas concretas, como nos efeitos da política em geral. Por isso, pedimos que as medidas e o dinheiro da PAC



sejam canalizados para agricultores ativos e profissionais. É claro que na conjuntura atual, onde os pagamentos diretos estão ligados à terra, isto estimularia o acesso dos jovens, agricultores ativos, à terra. Algumas propostas concretas do CEJA visam promover novos modelos de colaboração entre gerações de agricultores, através de "agricultura partilhada", parcerias, leasings de longo prazo e a criação de um serviço de mobilidade da terra. Além disso, também sugerimos que exista uma ligação obrigatória entre o acesso à terra e a definição de agricultor ativo; que sejam criados apoios para a sucessão geracional nas explorações agrícolas ou para o planeamento da transição, bem como a adoção a nível europeu do direito de preferência aos jovens agricultores no acesso à terra cultivável.

O CEJA pede mais e melhores condições de acesso ao crédito para os jovens agricultores. É possível legislar nesse sentido a nível europeu?

O acesso à terra e ao crédito têm sido, historicamente, legislados ao

nível de cada Estado-Membro. Para o CEJA é vital que sejam usadas todas as possibilidades a nível europeu para aumentar o acesso dos jovens agricultores à terra e ao crédito. Por isso. devemos olhar com desconfiança para qualquer política europeia que vá em sentido contrário (inclusive considerando os efeitos indiretos das políticas). Defendemos que o Banco Europeu de Investimento pode desempenhar um papel importante na promoção da criação de instrumentos financeiros específicos para os jovens agricultores em todos os Estados-membros. A PAC deve ser capaz de adotar os instrumentos adequados para que os jovens agricultores giram os seus riscos, reduzindo deste modo os efeitos da volatilidade dos preços no seu rendimento. Além disso, o CEJA vai estar fortemente envolvido na tentativa europeia de fortalecer a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar. Denunciar práticas comerciais injustas e aumentar o poder negocial dos agricultores durante as negociações também são prioridades do CEJA.

Qual é o legado que quer deixar enquanto presidente do CEJA?

Definimos para os próximos anos um programa político assente em dois pilares: por um lado, queremos ter uma posição forte nos temas políticos da atualidade (PAC, Brexit, a cadeia de abastecimento alimentar, alterações climáticas, etc). Por outro lado, reconhecemos que os jovens agricultores vão continuar a ser um grupo vulnerável no futuro. Por isso, queremos fortalecer o CEJA enquanto organização, para que os jovens agricultores europeus de hoje e de amanhã sintam que têm uma voz a defende-los em Bruxelas e noutras instâncias internacionais.

«Queremos fortalecer o CEJA enquanto organização»

Acesso à terra e baixo rendimento são barreiras aos jovens agricultores

Um inquérito realizado à escala europeia pelo CEJA, em parceria com a empresa DeLaval, procurou conhecer a opinião dos jovens agricultores europeus sobre a sustentabilidade do setor agrícola, os desafios que enfrentam e as oportunidades que têm.

Os jovens agricultores inquiridos responderam que as maiores barreiras à atividade são a dificuldade de acesso à terra, o baixo nível de rendimento e a burocracia. Já a sustentabilidade da atividade depende, na opinião dos 978 inquiridos, sobretudo de uma competição justa nos mercados globais, da disponibilidade de di-

nheiro para investir na expansão da área agrícola nas suas explorações, de mais conhecimento e de tecnologia de apoio à gestão.

O inquérito releva que a maior parte dos jovens agricultores europeus tem consciência da necessidade de proteger o ambiente e da sua responsabilidade nessa matéria. Mais ainda, reconhecem que um ambiente saudável é benéfico para a sua atividade, porque permite um incremento da biodiversidade, a proteção dos recursos naturais e a melhoria da eficiência. No entanto, para proteger o ambiente, os jovens agricultores necessitam de medidas práticas e exequíveis nas suas quintas, de apoio ao investimento, de políticas coerentes entre si aos vários níveis - comunitário, nacional e regional - e que a opinião pública reconheça a importância dos bens públicos que fornecem à sociedade.

O mundo rural na União Europeia

deve ser um território onde as pessoas possam viver e trabalhar livremente, com políticas que incentivem a criação de emprego e o investimento na economia local. «Tornar as áreas rurais mais viáveis significa que os agricultores precisam de ter à disposição um conjunto de serviços que também beneficiam toda a comunidade, como a banda larga, escolas, creches e uma rede de transportes», adiantam as entidades promotoras do inquérito.

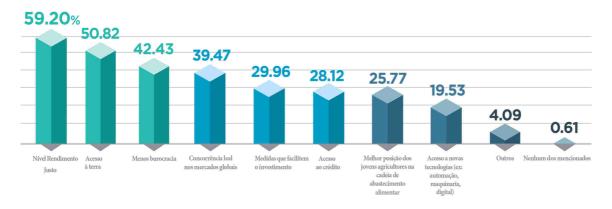
O relatório que resultou deste inquérito foi divulgado numa conferência realizada no Parlamento Europeu, no final de setembro, e contou com a presença de agricultores, ONG, associações e entidades oficiais ao mais alto nível. O Comissário Europeu da Agricultura, Phil Hogan, que esteve presente, afirmou: «precisamos de uma abordagem construtiva entre os Estados-Membros e a Comissão. O acesso ao financiamento é importante. Os jovens agricultores merecem mais apoios».



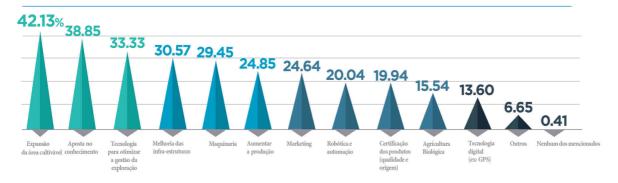
Inquérito "Jovens Agricultores Europeus - Construindo um setor sustentável"

Fonte: CEJA/ DeLaval

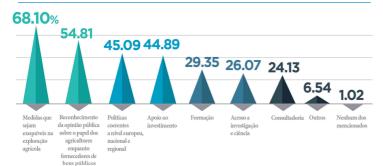
O que considera prioritário para que a sua exploração agrícola seja economicamente sustentável?



Quais os **3** investimentos que faria na sua exploração agrícola para a tornar economicamente sustentável?



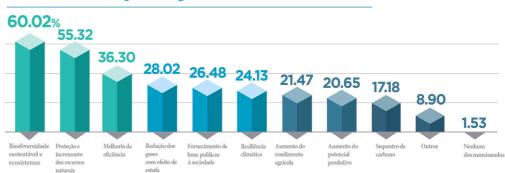
Enquanto jovem agricultor, quais as suas principais necessidades para proteger o ambiente através de práticas agrícolas?



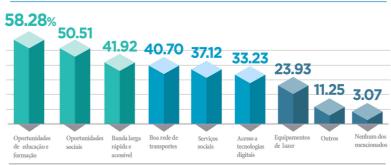




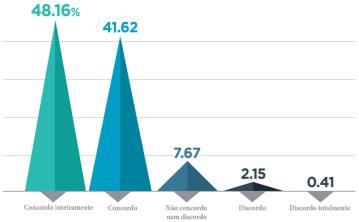
Que vantagens vê em contribuir para a sustentabilidade ambiental através de práticas agrícolas?



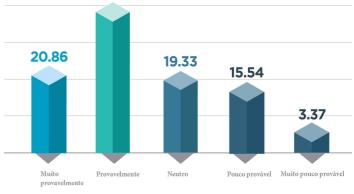
Em sua opinião o que é necessário para ter um estilo de vida estimulante e sustentável no meio rural?

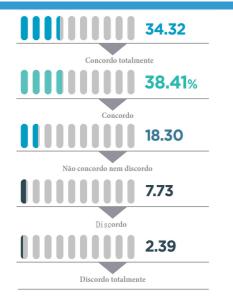


Enquanto jovem agricultor sente-se responsável em contribuir para um setor agrícola sustentável?



Ser agricultor na Europa implica muitos desafios e pressões, profissionais e pessoais. Nesta conjuntura considera que o seu futuro é viável como agricultor? 40.90%





Investir no bem-estar animal é necessário para aumentar o lucro e a sustentabilidade da sua exploração agrícola?



2017

Fruit Attraction

18 a 20 de outubro IFEMA, Madrid Espanha www.ifema.es/fruitattraction 06/

Simpósio Proteção das Plantas da SCAP

26 e 27 de outubro Escola Superior Agrária de Santarém www.scap.pt

I Congresso Luso-Brasileiro de Horticultura

1 a 4 de novembro, ISCTE, Lisboa http://clbhort2017.com/

Agri Milk Show

3 a 5 de novembro EXPONOR Leça da Palmeira, Matosinhos www.agrimilkshow.com

AGRITECHNICA

12 a 19 novembro Hannover, Alemanha www.agritechnica.com

TecFresh

Feira Tecnológica para Frutas e Hortícolas 16 a 18 de novembro CNEMA, Santarém www.cnema.pt

SITEVI

28 a 30 de novembro Montpellier, França www.sitevi.com

2018

V Congresso Ibérico de Apicultura

1 a 3 de fevereiro Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra www.uc.pt/ffuc/congresso_iberico _de_apicultura

2° Simpósio Nacional de Culturas Agroindustriais

o2 de fevereiro Santarém www.scap.pt

Fruit Logistica

7 a 9 de fevereiro Berlim, Alemanha www.fruitlogistica.com

FIMA Agrícola

20 a 24 de fevereiro Saragoça, Espanha www.feriazaragoza.com

Frutitec-Hortitec

9 a 11 de março Exposalão, Batalha www.exposalao.pt

24H Agricultura Syngenta

7 e 8 de abril Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo Refóios do Lima www.aphorticultura.pt/ 24h-agricultura.html

XV Simpósio Internacional de Tomate Processado

11 a 15 de junho Atenas, Grécia www.13thworldtomatocongress.gr





INSCRIÇÕES ABERTAS

Formação Base - PDR2020 Agricultura Sustentável (50 h)

PRODER

M1 – Formação Básica de Agricultura

M2 — Formação Específica para a Orientação Produtiva da Instalação

M3 – Formação de Gestão da Empresa Agrícola

M4 – Componente Prática em contexto Empresarial

Destinatários

Jovens Agricultores com projeto aprovado ao abrigo do PDR2020

Destinatários

Jovens Agricultores com projeto aprovado ao abrigo do PRODER a partir de 01.01.2013







Formação Complementar – PDR2020

Destinatários





